



Número: **0816101-84.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **11/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO (AUTOR)		NADJA VIANA BARROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55704031	11/05/2020 16:32	Petição Inicial	Petição Inicial
55704062	11/05/2020 16:32	Petição inicial	Outros documentos
55704590	11/05/2020 16:32	DOCUMENTOS DPVAT-otimizado_1	Procuração
55704616	11/05/2020 16:32	DOCUMENTOS DPVAT-otimizado_2	Outros documentos
55704617	11/05/2020 16:32	Laudo médico	Outros documentos
55704618	11/05/2020 16:32	CTPS autor	Documento de Comprovação

Anexo Petição Inicial.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN.

JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, ajudante de caminhão, portador da cédula de identidade nº 002.061.127 SSP/RN, inscrito no CPF sob nº 050.129.574-74, residente e domiciliado na Vila São Sebastião, nº 167, Centro, área Rural, Extremoz/RN, CEP 59575-000, vem à presença de Vossa Excelência, por seu representante constituído propor

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da [Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950](#), nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º. Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem



prejuízo do sustento próprio e de sua família.

DOS FATOS

No dia **14/12/2019**, por volta das 18:00 horas, ocorreu um acidente de trânsito (atropelamento de animal), envolvendo um VW/Gol MI de placas MYC-1500/RN, quando veículo trafegava normalmente e foi surpreendido por dois cavalos que adentraram a pista de rolamento, ocasionando o acidente e a incapacidade permanente na parte autora, quais seja, **Fratura exposta em membro superior esquerdo**, estes, devidamente comprovados no teor do **Boletim de Ocorrência da Polícia Federal, Boletim de Atendimento de Urgência do Pronto Socorro Clóvis Sarinho e Laudos em anexos**.

Em 14/03/2020, o autor requereu administrativamente o pedido de indenização por invalidez permanente junto a promotora, conforme protocolo de entrega de documentos anexo, **ASL 3200161119**, em anexo.

Ocorre que, mesmo preenchendo todos os requisitos e enviando todas as documentações exigidas pela seguradora, este teve seu pedido negado administrativamente, **SINISTRO nº 3200161119**, conforme acompanhamento de processo de indenização administrativo, anexo.

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade do Requerente, que, conforme laudo médico em anexo, houve fratura consolidada e limitações no ombro direito, encontra-se em tratamento fisioterápico por tempo indeterminado, ainda apresentando dor e limitações (laudo anexo), devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca tiveram reajuste.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial**, com a devida correção monetária que deverá incidir a



partir do dia 29/12/2006.

DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.



Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da **correção monetária**, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988) , ao asseverar que:



“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, conseqüentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a



partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J.J. Costa Carvalho, julgado em 2011).



APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO.(TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 12/07/2013 . Pág.: 154).

*“(…) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.**’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”*

*“(…) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.** (...) (20071010043086APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”*

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial.



CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C.Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE



CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE". (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com **JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO CONFORME SINISTRO Nº 3200161119, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não ter condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da



Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50. (documentos anexos)

b) Que Vossa Excelência designe data para **realização de Audiência de Conciliação**, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR)**, nos termos dos Arts. 221, inciso I e 222, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) - Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, reconhecendo o direito a indenização por **INVALIDEZ PERMANENTE** no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO CONFORME SINISTRO Nº 3200161119, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até** R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios no importe de 20%, do valor da condenação.

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, testemunhal, devendo ainda, o Requerido



colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal, 09 de maio de 2020.

Nadja Viana Barros

OAB/RN 12.063





PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, ajudante de caminhão, portador da cédula de identidade nº 002.061.127 SSP/RN, inscrito no CPF/MF nº 050.129.574-74, residente na Vila São Sebastião, nº 167, Área Rural, Centro, Extremoz/RN, CEP 59575-000.

OUTORGADAS: NADJA VIANA BARROS, brasileira, união estável, advogada, inscrita na OAB/RN 12.063, com endereço profissional na Rua Marcílio Dias, nº 311 B, Igapó, Natal/RN- CEP 59104-260, Telefones: (fixo) 3661-6569/(OI) 98882-2223.

PODERES: Pelo presente instrumento particular, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui as **OUTORGADAS**, como suas advogadas e procuradoras legais, concedendo-lhe amplos e ilimitados poderes, para no foro em geral, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor quaisquer medidas preliminares preventivas dos seus direitos e interesses, usando, para tanto, os poderes da cláusula "ad judicium extra" e mais os especiais, podendo propor para quem de direito as ações judiciais competentes na figura de autor ou réu, usando os recursos legais para acompanhar, conferindo-lhes, ainda, poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber citação sobre o direito que se funda a ação, receber e dar quitação de valores, podendo, ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes e, finalmente, praticar todos os atos que se tomem mister para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Natal/RN, 07 de maio de 2020

Joseildo de Xavier do Nascimento
OUTORGANTE

NVB-ADVOCACIA E ASSESSORIA JURIDICA
Rua Dona Izabel de Brito Lima, nº 1193, Igapó, Natal/RN- CEP 59104-220
Telefones: (fixo) 3614-4436/ (OI) 98882-2223/ (TIM) 99461-3332- Email: nadjabarrosadv@gmail.com



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, ajudante de caminhão, portador da cédula de identidade nº 002.061.127 SSP/RN, inscrito no CPF/MF nº 050.129.574-74, residente na Vila São Sebastião, nº 167, Área Rural, Centro, Extremoz/RN, CEP 59575-000., declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Natal, 07 de maio de 2020.

Joseildo do Xavier do Nascimento



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: 6 - CPF: 7 - Profissão: 8 - Endereço: 9 - Número: 10 - Complemento: 11 - Bairro: 12 - Cidade: 13 - Estado: 14 - CEP: 15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☐ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO:
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: 0034 CONTA: 88927 AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: 25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: 28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado 35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo) 36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo) 37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome: CPF: Assinatura da testemunha 39 - 2ª | Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Natal, 16 de janeiro de 2020. 41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante) 42 - Assinatura do Representante Legal (se houver) 43 - Assinatura do Procurador (se houver)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)


FPS.001 V002/2019

002.061.127
JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO
JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO
MARIA DO CARMO XAVIER DO NASCIMENTO
EXTREMOS RN
CERTE. DE NASCIMENTO L-A09 F-268 R6-3467
EXTREMOS RN-CARTORIO UNICO CARTORIO D
050.129.574-74
Eduardo Zúñiga
DIRETORIA DO REGISTRO
LEI Nº 7.166 DE 20/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 RIO GRANDE DO NORTE
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
 INSTITUTO TÉCNICO - CENÍFICO DE PERÍCIA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - II

1º DIA 17/04/2007
 2º DIA 18/04/2007
 NOME NOME SOBRENOME
 SEXO M
 DATA 17/04/2007
 ATUAL
 LÍNGUA PORTUGUESA
 NOME COMPLETO
 ALIADO
 COPIAR

PEGADA DIREITA

		DIÁRIO DO DIANTE JOSILENE BARBOSA	
COSER 14		CONFERÊNCIA CPF: 011.613.314-78 NIS: 1336220192 CLASSE 0140	
BI RESCUE BOMBA MECÂNICA COM AS		VI SAC SEBASTIÃO 167	
10/2019 19/11/2019		CENTRO/AREA URBANA EXTREMOPOLIS 59515-000	
08565045621 25/10/2019		10/2019 19/11/2019	
85,46		0,27/82870 0,38/85008 0,58594078	
27,33 27,93 9,58 7,18 1,28		8,83 27,33 27,93 9,58 7,18 1,28	





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Saúde Pública
Hospital Estadual Dr. Ruy Pereira dos Santos



LAUDO MÉDICO

O (a) Sr (a) Paula Tauri de Mac
apresenta pos- op de oss de fratura de um
Necessita, a critério do médico perito do INSS, afastar-se de suas atividades
laborais.

CID10: S42

C3 D = S42

15/01/2020

*Autorizo informar o diagnóstico

Dr. Diego Garde Cruz
Ortopedia Traumatologia
CRM-RN: 10024 / ROR: 1446





SESAP/RN - HOSPITAL MONSEÑOR WALFREDO GURGEL
PRONTO-SOCORRO CLOVIS BARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 65279 /2019

Admissão: 14/12/2019 20:54:58

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: **156009 - JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO** (38 a 5 m 14 d)
Nascimento: 30/06/1981 Natural: EXTREMOZ, BRASIL Sexo: M Cor: PARDA
IS: 704502616045020 CPF: 05012957474 Prof:
Mãe: MARIA DO CARMO XAVIER DO NASCIMENTO Pai: JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO
Graduação: VILA SAO SEBASTIAO, 170
IP: 59575000 Bairro: AREA RURAL ESTIVAS Cidade: EXTREMOZ
Telefone: 84.988782151 Compl:

Objetivo: CARRO X ANIMAL
Origem: AMBUL. SAMU RN

Tipo: REFERENCIADO
Empresa:

Exatidão:					Discriminador:				
BS: SAMU RN					Classificação: 14/12/2019 20:50:37				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: VITIMA DE COLISAO CARRO ANIMAL COM PROVAVEL FRATURA DE UMEROS DIREITO
Idade: _____

Vítima de colisão carro x animal. Nega perda de consciência ou náuseas. Refere dor em Braço D.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

*VAP; Nega Cervicalgia
Eupneico
Estável Hemodinâmico; Abdome Flácido e indolor
Glasgow 15; Pupilas Iso / Foto
Edema e dor a mobilização do Braço D.*

UTRAS OBSERVAÇÕES:

Pelve estável

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL. 19/12/19
MAT. Nº. SAME
ASSINATURA
Eduardo A. Costa
CRM: 154.870

Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Elaborado via SX por FRANCISCO DE ASSIS MORAIS QUEIROZ. Impresso em 14 de Dezembro de 2019.



EXAME FÍSICO (SEGUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A(ALÉRGICAS) Nega

M(MEDICAÇÃO EM USO) Nega

P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS) Nega

L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)

A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)

V (PASSADO VACINAL) VAT desatualizada

EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM) <u>- Raio - X do Braço @ AP Perfil</u>	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS OUTROS
CONDUÇÃO PRIMÁRIA/MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS <u>- VAT</u> <u>- Hipertensão da Cir. Geral</u> <u>- Avaliação da Ortopedia</u>	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Yun Américo Rodrigues
Médico
CRM 3784

+ Dr Adriano

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL
--	--

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1 <u>Ortopedia</u>	HORA: <u>21:00</u>	DATA: <u>14/12/19</u>
ESPECIALISTA 2	HORA: <u>11</u>	DATA:
ESPECIALISTA 3	HORA:	DATA:

DESTINO DO PACIENTE:

INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:	DATA / / HORA
SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:	
OBITO: DATA / / HORA	
ENTREGUE À FAMÍLIA () COM ATESTADO () S.V.O () ITEP	



EXAME ESPECIALIZADO 2:

ANAMNESE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)

LABORATÓRIO

OUTROS

INDICAÇÃO PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

ATENDIMENTO NA CLÍNICA:

A:

DATA:

HORA:

Atendimento Médico ☐

A Revelia ☐

DATA:

HORA:

O:

DATA:

HORA:

Atendimento à família ☐

com Atestado ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação.

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

ATENDIMENTO NA CLÍNICA:

DATA:

HORA:

Atendimento Médico ☐

A Revelia ☐

Transferido para:

DATA:

HORA:

DATA:

HORA:

D
TR08

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL: 19/12/19
MAT. Nº. SAME

ASSINATURA

ERIVATO S. COSTA
CRM 00000 SAM
RTP 154 0000-1

Paciente: 65279 Data Exame: 14/12/2019 21:07:52
Paciente: JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO
SPITAL: MONSENHOR WALFREDO GURGEL

Técnico: TEC COSMA DE PAULA
Idade: 38 ano(s) UMERO AP: 544 3/



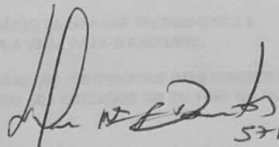


GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 /RN

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fazem necessários, que foi encontrada a ocorrência de Nº **190911/2** referente à paciente **JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO 37** anos atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 RN, no dia 14/12/2019 em Extremoz/RN. Conforme ficha anexa.

Natal, 30 de dezembro de 2019.

21  57165

Ubiratan Wagner de Sousa
Coordenador da Regulação Médica do SAMU 192 RN
Matrícula: 210991-3



END.: AV. PRUDENTE DE MORAIS, 2410 - BARRO VERMELHO - NATAL/RN
SEDE DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS
CEP: 59.022-545 - FONE: 84 3209-5321



FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

190911/2

Data: 14/12/2019

CHAMADO

TARM: ELIANA PAZ DO NASCIMENTO

Rádio Operador: GHUTEMBERG DIAS FERREIRA

Equipe Enfermagem Cena:

VTR: USB 33 (EXTREMOZ)

Médico Regulação:

Médico Cena: JESSICA SANTOS DE MEDEIROS

Usuário Pós-Cena:

Equipe VTR: JOSEANE FREIRE - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
JOSE ERIVAN RAMALHO DOS S - TÉCNICO DE ENFERMAGEM☒ REGULAÇÃO
MÉDICA☐ TROTE☐ INFORMAÇÃO☐ ENGANO☐ QUEDA DA
LIGAÇÃO☐ CONTATO COM EQUIPE
SAMU☐ TRANSF./INTERNAÇÃO

Cidade: EXTREMOZ

Nome do Solicitante: ELTON

Telefone: (84) 99122-1050

Nome do Paciente:

JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO

Idade: *

37 ANO(S)

Sexo: *

MASCULINO

Nº: VP

Endereço: BR101

Bairro:

Outro Bairro: Z RURAL

Referência/Complemento: SAINDO DA MOEMA

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL

Observações Rádio Operador: PACIENTE ENTREGUE AOS CUIDADOS DO DR YURI NO PSCS.

Queixa Primária: COLISAO C ARRO ANIMAL

Quem Solicitou: Transeunte

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

14/12/2019 19:01:38 - Dr(a). ALYNE ALVES SOBRINHO

APH: TRAUMA / HD: ACIDENTE AUTO X ANIMAL

REGULAÇÃO: SOLICITANTE DA PRF TEM UMA VTR DA PRF NO QTH COLISÃO CARRO X ANIMAL 2 VITIMAS CONSCIENTES, ORIENTADAS, FALAM COM EQUIPE 1 COM FRATURA EXPOSTA EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO OUTRA VITIMA COM DOR ABDOMINAL

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE: VERMELHO

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3

Apoio:

OBSERVAÇÕES

Data: 14/12/2019 19:11:27 Usuário: (RADIO OPERADOR) GHUTEMBERG DIAS FERREIRA

Observação: Controle de frota: USB 33 NO QTI COM SAÍDA DO PA DE EXTREMOZ E USB 74 COM SAÍDA DO PA DE CEARÁ MIRIM.

Data: 14/12/2019 19:53:16 Usuário: (TARM) USUÁRIO TARM PARA TREINAMENTO 1

Observação: DR IURI DO POLITRAUMA CONFIRMA A VAGA PARA O PACIENTE.

Data: 14/12/2019 21:19:14 Usuário: (RADIO OPERADOR) GHUTEMBERG DIAS FERREIRA

Observação: Controle de frota: PACIENTE ENTREGUE AOS CUIDADOS DO DR YURI NO PSCS.

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
14/12/2019
18:58:21
Saída Local:
14/12/2019
19:55:00Regulação Médica:
14/12/2019
19:01:38
Chegada Destino:
14/12/2019
20:37:00Solicitação VTR:
14/12/2019
19:10:07
Liberação Destino:
14/12/2019
21:19:11Saída VTR:
14/12/2019
19:11:01
Liberação VTR:
14/12/2019
21:19:12Chegada Local:
14/12/2019
19:23:00

57165



Observação do Apoio:

CONDUTA

Remoção

☒ Conduta VTR

Conduta Médico Regulador:

14/12/2019 19:47:58 - JEFFERSON THIAGO MEDEIROS DE OLIVEIRA
OLISÃO CARRO X ANIMAL, PASSAGEIRO DO BANCO DIANTEIRO. NEGA PERDA CONSCIÊNCIA, CEFALÉIA, VÔMITOS, CERVICALGIA.
FRATURA BRAÇO D E COM DEFORMIDADES.
CD: IMOBILIZAÇÃO CONFORME PROTOCOLO
DIPIRONA 1G, IV

REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA

Aguardando Vaga

Estabelecimento:

NATAL (NP) - HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL

Vaga Negada - Motivo:

-- SELECIONE --

H. ligação ao serv prop.:

F:

Recebido por:

Numero do conselho:

Numero da ficha de Remoção:

Vaga Zero

Vaga Negada

Motivo da entrada:

▼

Ass:

PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

Ass:

ACIDENTE DE TRABALHO?

Sim * Não

VIOLENCIA A VULNERÁVEIS?

Sim * Não





PRF

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROTOCOLO: Nº 19068993B01



Maiores dúvidas acesse: www.prf.gov.br/portal



Para cópia do seu Boletim acesse o sítio: www.prf.gov.br/novobat /consultar Informe o número do protocolo e o CPF/CNPJ de um dos envolvidos no acidente; e Clique em Imprimir.



Atenção: As vítimas de acidente têm direito ao recebimento do Seguro DPVAT. Para maiores informações, acesse: www.dpvatseguro.com.br **Em casos de avaliação de danos com MÉDIA ou GRANDE MONTA, verificar os trâmites da Resolução 544 do CONTRAN. Procure o órgão estadual de trânsito (DETRAN) do seu Estado, antes de fazer reparos no veículo.**



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por DA SILVA II, matrícula 166556, Policial Rodoviário Federal, em 19/12/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19068993B01 e o número de controle 20967744D256F694D2666962D5F446.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19068993B01

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 14/12/2019 Hora: 18:00 Município: EXTREMOZ/RN
BR: 101 KM: 72,0 Sentido: Decrescente
Policial responsável pelo atendimento: DA SILVA II, 166556

ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal	Tipo de pavimento: Asfalto
Tipo de pista: Simples	Condição da Pista: Seca
Estrutura Viária: Reta	Localidade urbanizada: Não
Acostamento: Não	Canteiro Central: Não
Condição meteorológica: Céu Claro	Fase do dia: Plena Noite

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO DECRESCENTE



SENTIDO CRESCENTE

NARRATIVA

NO DIA 14/12/2019 APROXIMADAMENTE ÀS 18:00H, NA BR101, KM 72.6 NO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, OCORREU UM ATROPELAMENTO ANIMAL, ENVOLVENDO, UM VW/GOL MI DE PLACAS:MYC-1500/RN, RESULTANDO DUAS VÍTIMAS, SENDO UMA COM LESÃO LEVE E OUTRA COM LESÕES GRAVES. CONFORME LEVANTAMENTO EFETUADO NO LOCAL E VESTÍGIOS ENCONTRADOS, O VEÍCULO TRAFEGAVA NORMALMENTE, QUANDO FOI SURPREENDIDO POR POR DOIS CAVALOS, ADENTRANDO A PISTA DE ROLAMENTO, UM RETORNOU, POREM O OUTRO CONTINUOU, NÃO SENDO POSSÍVEL EVITAR O ATROPELAMENTO. FICOU CONSTATADO QUE, O CAUSADOR DO ACIDENTE FOI O ANIMAL, SOLTO NA PISTA DE ROLAMENTO. A EQUIPE DO SAMU COMPARECEU NO LOCAL, FIZERAM OS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES E EM SEGUIDA CONDUZIRAM AS VÍTIMAS PARA O CLOVIS SARINHO. VIDE CROQUI,



Documento assinado eletronicamente por DA SILVA II, matrícula 166556, Policial Rodoviário Federal, em 19/12/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19068993B01 e o número de controle 20967744D256F694D266962D5F446.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

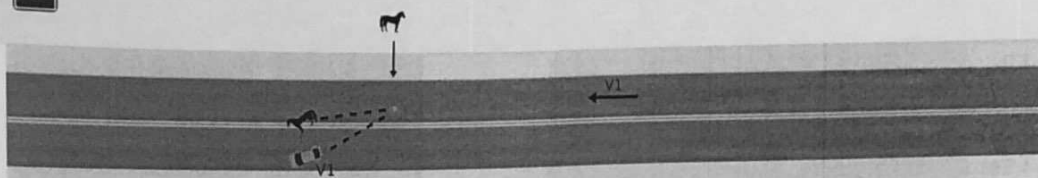


BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19068993B01

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



Local preservado



← TOUROS

NATAL →

AMARRAÇÃO - NÃO NECESSÁRIA

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Atropelamento de Animal	

MARCAS NO PAVIMENTO

Evento	Veículo	Frenagem (m)	Derrapagem (m)	Arrastamento (m)
--------	---------	--------------	----------------	------------------

DANOS COLATERAIS - NÃO HOUVE

APOIO EXTERNO

Tipo de Órgão	Solicitação	Comparecimento
---------------	-------------	----------------

V1 - VEÍCULO 1 - MYC1500 - AUTOMÓVEL

V1 - Informações

Placa: MYC1500 Marca/modelo: VW/GOL MI
Ano fabricação: 1997 Chassi: 9BWZZZ377VT198010
Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

Renavam: 00177263954
Tipo de veículo: Automóvel
Cor: Vermelha



Documento assinado eletronicamente por DA SILVA II, matrícula 166556, Policial Rodoviário Federal, em 19/12/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.fgov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19068993B01 e o número de controle 20967744D256F694D2666962D5F446.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19068993B01



V1 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / VW/GOL MI
Nome do Agente: DA SILVA II

Placa: MYC1500
Matrícula do Agente: 166556

Nº BOAT: 19068993B01
Data: 14/12/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Painel corta-fogo			X	
2	Longarina dianteira esquerda			X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda			X	
4	Estrutura da soleira esquerda			X	
5	Air Bags Frontais			X	
6	Air Bags Laterais			X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X		
8	Estrutura da coluna central esquerda			X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda			X	
10	Caixa de roda traseira esquerda			X	
11	Assoalho central esquerdo			X	
12	Longarina traseira esquerda			X	
13	Assoalho portamalas ou caçamba			X	
14	Longarina traseira direita			X	
15	Caixa de roda traseira direita			X	
16	Estrutura da coluna traseira direita			X	
17	Estrutura da soleira direita			X	
18	Estrutura da coluna central direita			X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita			X	
20	Assoalho central direito			X	
21	Caixa de roda dianteira direita			X	
22	Longarina dianteira direita			X	

Dano de Monta: Pequena



Documento assinado eletronicamente por DA SILVA II, matrícula 166556, Policial Rodoviário Federal, em 19/12/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19068993B01 e o número de controle 20967744D256F694D2666962D5F446.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19068993B01

V1 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



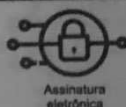
IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Documento assinado eletronicamente por DA SILVA II, matrícula 166556, Policial Rodoviário Federal, em 19/12/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19068993B01 e o número de controle 20967744D256F694D2666962D5F446.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19068993B01

V1 - Proprietário

Nome: MARIA SUELMA FERREIRA
Email:
Endereço: EXTREMOZ-RN

CPF/CNPJ: 010.583.614-14
Telefone:

V1C - CONDUTOR DE V1 - FRANCISCO CLAUDIO DA SILVA

V1C - Informações

Nome: FRANCISCO CLAUDIO DA SILVA
CPF: 023.156.524-05
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Sim

Data de Nascimento: 10/05/1975
Estado civil: Não Informado
Estado físico: Ileso

V1C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria: AD
UF: RN

Primeira habilitação: 18/11/2009
Vencimento da habilitação: 31/01/2023

Nº Registro: 04813316378
Motorista profissional: Não

V1C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim
Visíveis sinais de embriaguez: Não
Resultado obtido: 0,00 mg/l

Condutor se recusou a realizar o teste: Não
Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V1C - Dados do Contato

Endereço: TV JERUSALEM, 4, LOT MANAIM, CENTRO, EXTREMOZ-RN
Telefone: 84-9 8807-7613
Email:

V1P1 - PASSAGEIRO 1 DO V1 - JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO

V1P1 - Informações

Nome: JOSEILDO XAVIER DO NASCIMENTO
CPF: 050.129.574-74
Estado físico: Lesões Graves

Data de Nascimento: 30/06/1981
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Sim

V1P1 - Dados do Contato

Endereço: INDIGENA, 404, PARQUE DOS COQUEIROS, PARQUE DOS COQUEIRO, NATAL-RN
Telefone: 008432797073
Email:



Documento assinado eletronicamente por DA SILVA II, matrícula 166556, Policial Rodoviário Federal, em 19/12/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19068993B01 e o número de controle 20967744D256F694D2666962D5F446.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19068993B01

V1P2 - PASSAGEIRO 2 DO V1 - ACREZIO PEDRO DO NASCIMENTO

V1P2 - Informações

Nome: ACREZIO PEDRO DO NASCIMENTO
CPF: 072.884.674-81
Estado físico: Lesões Leves

Data de Nascimento: 13/05/1982
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Sim

V1P2 - Dados do Contato

Endereço: PRINCIPAL, 168, VILA SAO SEBASTIAO, EXTREMOZ-RN
Telefone: Email:





Secretaria de Saúde Pública
Hospital Decolécio M. Lucena

RECEITUÁRIO MÉDICO

Reletoir Michel

Josédo Xauze da

Masculino, após acidente
no dia 14/12/19 com
resultados físicos de
lesão de nível D.
Reletoir segue no dia
07/01/2020. No momento,
fórmula consolidada e
paciente com limitação de
ADL de nível D.

→

Audi reabilitação
Lara Lira

Dr. Diego Garcês Cruz
Ortopedia / Traumatologia
Cirurgia de Ombro e Cotovelo
CRM-RN: 10024 / EOT 16426

17/04/2020

CDP = 5422



nome Joseildo Xavier do Nascimento
oc. Nasc. Extremoz Est. RN Data 30 / 06 / 1981
filiação Yose Ferreira do Nascimento
Maria do Carmo Xavier do Nascimento
oc. Nº Rg: 2.061.127 SSP/RN

chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 xp. em / / Estado
 bs.:
 ata Emissão 18 / 09 / 2001 DRT Natal-RN

Assistente Técnico DRT/RN Assinatura do Funcionário
Mat. 000 198



ALTERAÇÕES
(Com relação nome)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Nome

Doc.

Nome

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.

Doc.



14 08 397 374 10001-02

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Ar. Antonio Basilio, LTDA
CEP 59114-089

CNPJ 08.397.374/0001-02

Rua Nº

Município Natal Est. RN

Esp. do estabelecimento Comercial

Cargo Gerente

CBO nº 1120101

Data admissão 02 de Maio de 2008

Registro nº 1 Fts/Ficha 48

Remuneração especificada R\$ 4.711,60 (quatro mil e setecentos e onze reais)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Maria Jo. da Silva
João Pereira EPP

CNPJ 05.522.296/0001-39

Rua Bela Colina Nº 2037

Município Natal Est. RN

Esp. do estabelecimento Transportadora

Cargo Condutor

CBO nº 3841-05

Data admissão 06 de Outubro de 2009

Registro nº 1 Fts/Ficha 48

Remuneração especificada R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

